

CIES e-WORKING PAPER Nº 26/2007

**Dinâmicas transnacionais protagonizadas por
Associações de Migrantes Guineenses em Portugal**

MARIA JOÃO CARREIRO

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Maria João Carreiro é licenciada em Estudos Europeus, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Concluiu o Mestrado em “Desenvolvimento, Diversidades Locais, Desafios Mundiais – Análise e Gestão”, no ISCTE, com uma tese intitulada “Contributo para o Estudo do Transnacionalismo Migrante: o caso das Associações de Migrantes Guineenses”. Em paralelo, tem desenvolvido uma actividade profissional no sector das Organizações Não Governamentais, pautada por intervenções nas áreas da Educação e da Cooperação para o Desenvolvimento

Resumo

Este *working paper* problematiza a ligação das associações de migrantes guineenses com as respectivas comunidades de origem, à luz das referências teóricas sobre transnacionalismo migrante. Num primeiro momento, são sumariamente apresentados alguns dos elementos que têm conduzido o debate científico internacional sobre este conceito, destacando-se a produção teórica sobre um tipo específico de actor transnacional, as denominadas Hometown Associations. Apresenta-se em seguida a investigação realizada sobre as associações de migrantes guineenses em Portugal, analisando-se a partir de três exemplos concretos o caso específico das associações de migrantes manjacos. A partir dessa referência empírica, reflecte-se sobre o papel destas associações enquanto actores transnacionais, propondo-se, por último, uma validação dos principais pressupostos do quadro teórico inicialmente definido.

Palavras-chave: transnacionalismo migrante, associações de migrantes, Guiné-Bissau

Abstract

This working paper problematizes the connection between Guinean migrant associations and their original communities, in the light of theoretical references on migrant transnationalism. In the first place, it presents a summary of some of the elements that have driven international scientific debate on this concept, in particular the theoretical production on a specific type of transnational actor, the “hometown association”. It then presents the research carried out on the Guinean migrant associations in Portugal, analysing the specific case of the Manjaco migrant associations from the viewpoint of three concrete examples. On the basis of this empirical reference, the article reflects on the role of these associations as transnational actors, finally proposing a validation of the main assumptions contained in the theoretical framework initially defined.

Keywords: migrant transnationalism, migrant associations, Guinea-Bissau

I. Introdução

Associações de migrantes mexicanos, porto-riquenhos e haitianos nos Estados Unidos. Associações de marroquinos, malianos ou senegaleses em França. Associações de indianos ou paquistaneses no Reino Unido, Associações de ganeses no Canadá, de congolese na Bélgica. O que têm em comum todas estas associações, constituídas por imigrantes vindos de partes do mundo tão diferentes, radicadas em países com contextos económicos, sociais, políticos e históricos tão distintos?

Muito mais do que um primeiro olhar poderia sugerir.

Parte destas associações, tal como as que serão aqui analisadas, apresentam ligações sustentadas e multiformes com as respectivas comunidades de origem. Este fenómeno recentemente identificado, e denominado de transnacionalismo migrante, encontra-se no centro de um animado debate científico internacional, sendo interpelado por diversas tradições disciplinares e invocado para enquadrar processos tão distintos como modos de integração, empresariado étnico, participação política ou dinâmicas de desenvolvimento local.

O presente artigo resume uma investigação¹ realizada com o objectivo de contribuir para este debate, tomando como estudo de caso as associações de migrantes guineenses radicados em Portugal, nomeadamente as de manjacos, no que se refere às relações que estabelecem com as respectivas comunidades de origem e com outras associações congéneres radicadas noutros países.

II. Transnacionalismo: uma breve resenha da construção de um conceito

As migrações contemporâneas possuem um conjunto de características inovadoras, que em vários aspectos as distinguem das suas predecessoras. Embora os fluxos não tenham aumentado em número relativo – mantendo-se perto dos 2,9% da população mundial, tal como no final do séc. XIX (GCIM, 2005) –, a sua composição e orientação tem vindo a alterar-se em função das mudanças das sociedades, tanto de origem como de acolhimento, e as formas que consubstancia e as causas e consequências que acarreta materializam-se, em grande medida, de forma inédita.

¹ Investigação realizada no âmbito da dissertação de Mestrado em “Desenvolvimento, Diversidades Locais, Desafios Mundiais – Análise e Gestão”, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, com o título “Contributo para o Estudo do Transnacionalismo Migrante: o caso das Associações de Migrantes Guineenses”, sob orientação do Professor Doutor Fernando Luís Machado.

Neste contexto, e à semelhança do que se verifica com outro tipo de actores, também as comunidades migrantes têm procurado adaptar-se de forma consonante com as suas características e necessidades. A natureza e especificidade dos mecanismos desenvolvidos pelas comunidades migrantes contemporâneas têm conduzido a uma acesa discussão na comunidade científica a nível internacional. E, apesar das muitas divergências, é hoje reconhecido que não é possível compreender a migração contemporânea sem compreender a força, influência e impacto dos laços que alguns migrantes mantêm com as respectivas comunidades de origem (Glick Schiller et al, 2004:1002).

Embora alguns autores (Guarnizo, 2003), situem a primeira literatura sobre as ligações entre os migrantes e as respectivas comunidades de origem no início do século XX, só no início da década de 90, este fenómeno adquire algum protagonismo. Até então, as investigações realizadas recorriam a uma perspectiva estritamente economicista, centrada nos fluxos de recursos Norte-Sul, sobretudo nas remessas financeiras. Sendo hoje em dia considerada redutora, esta abordagem teve o mérito inquestionável de tornar nítidas a existência e a intensidade das relações mantidas pelos migrantes com as suas comunidades de origem, uma vez que as “monetary remittances have indeed become the most often cited, tangible evidence and measuring stick for the ties connecting migrants with their societies of origin” (Guarnizo, 2003:666).

As primeiras reflexões estruturadas sobre o tema, de autores como Glick Schiller ou Linda Basch, entre outros, sustentavam a ideia de que o fenómeno da migração contemporânea apresentava características tão inovadoras, devido à intensidade inédita das relações que os migrantes contemporâneos estabeleciam com as respectivas comunidades de origem, que se tornava necessária a criação de novas referências conceptuais para a sua compreensão. E é num artigo destas autoras que, em 1992, que surge o conceito de transnacionalismo migrante.

Mais de uma década depois, a partir dos intensos debates e diversas variações sobre o tema - que passaram pelo estabelecimento do grau de originalidade do fenómeno, da delimitação da unidade de análise mais adequada para o seu estudo, da classificação dos diversos tipos de transnacionalismo existente – consolidaram-se alguns dos aspectos que reuniram consenso entre os investigadores (Portes, 2004), entrando-se numa fase de maturidade acrescida, “a kind of theoretical adolescence” (Smith, 2003b:724).

Actualmente, reconhece-se que o transnacionalismo coloca um desafio muito específico às ciências sociais porque interpela o referencial clássico da investigação, o Estado-Nação. Esta perspectiva clássica de análise, o chamado nacionalismo metodológico, é normalmente entendido como “the tendency to accept the nation-state and its boundaries as a given in social analysis” (Glick Schiller e Levitt, 2004:1007). O transnacionalismo pressupõe mais do que o trespasse de fronteiras ou a conexão de pessoas ou Estados-nação. O transnacionalismo cria uma nova unidade de investigação nas ciências sociais. Uma unidade que é delimitada não pelas fronteiras formais dos Estados, mas sim pelas redes que unem os elementos que as constituem, e que alguns autores denominaram de “transnational social fields” (Glick Schiller e Levitt, 2004), ou de “transnational social spaces” (Faist, 2000b).

Faist apresenta o conceito de “transnational social spaces” como “a sustained ties of persons, networks and organizations across the borders, across multiple nation-states, ranging from little to highly institutionalized forms” (Faist, 2000b:189). Os espaços sociais transnacionais resultam do posicionamento dos migrantes, simultaneamente, em relação a dois ou mais contextos diferenciados, sendo que a sua forma, estrutura e concretizações resultam da interação das várias relações em presença.

O modelo de espaço social transnacional de Thomas Faist pretende ser mais do que uma nova perspectiva do fenómeno do transnacionalismo. O que este autor propõe é um novo paradigma para a compreensão dos processos migratórios. A proposta de Faist “opens to consideration the possibility that migrants from a nation in the periphery may end up in several destinations that create a complex transnational social space involving more than two nation states (Faist, 2000a:210). Ao articular a composição dos espaços sociais transnacionais, em possibilidade, por mais do que dois Estados-nação, Faist afirma a existência de um novo tipo de comunidades transnacionais, que o autor denomina de “communities without propinquity” (Faist, 2000a: 197).

Estas “communities without propinquity”, ou comunidades “sem relação física de proximidade”², são assim denominadas porque estão envolvidas em processos muito mais fluidos e sincréticos de adaptação do que as comunidades migrantes tradicionais. Os seus elementos são mais do que indivíduos com “um pé em cada nação”. São migrantes que constroem (ou reconstroem) as suas identidades e modos de vida incorporando novos elementos das comunidades que os acolhem, sem que com isso –

note-se – se desliguem das suas comunidades de origem. Sintetizando a sua ideia de comunidades transnacionais, Faist (2000a:207-208) escreve:

“Transnational communities characterize situations in which international movers and dense and strong social and symbolic ties connect stayers over time and across space to patterns of networks and circuits in two countries (...). Such communities without propinquity do not necessarily require individual persons living in two worlds simultaneously or between cultures in a total global village of de-territorialized space. What is required, however, is that communities without propinquity link through exchange, reciprocity, and solidarity to achieve a high degree of social cohesion, and a common repertoire of symbolic and collective representations”.

São os “laços sociais e simbólicos”, na expressão privilegiada por Thomas Faist, que permitem que comunidades dispersas geograficamente constituam um colectivo de acção com sentido e alicerces comuns. É, pois, a existência de capital social que permite mobilizar recursos fundamentais para as comunidades migrantes, alicerçando-as em lógicas de cooperação, mobilização e confiança, tal como as que se podem observar nas suas associações.

III. Um tipo específico de associação de migrantes: as Hometown Associations

Por associação entende-se “todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou actividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas e interesses” (Meister, 1972).

Em contexto migratório, as associações assumem uma natureza específica. Segundo Albuquerque *et al* (2000:17), nascem em função de dois objectivos particulares: por um lado, assegurar a manutenção e perpetuação da cultura da comunidade imigrada no país de acolhimento; por outro, desenvolver estratégias que visem a promoção da inserção e integração dos imigrantes na sociedade que os acolhe (Albuquerque *et al*, 2000:15).

Ao perspectivarmos o associativismo em contexto migratório no enquadramento conceptual oferecido pela noção de espaço social transnacional, e com base nos dados empíricos obtidos nas investigações já realizadas, destaca-se uma terceira vocação possível para as associações de migrantes, que pode coexistir com as duas enunciadas. Com o objectivo generalizado de melhorar as condições de vida das suas comunidades de origem, recorrendo aos mecanismos possibilitados pelas dinâmicas da globalização e alicerçadas numa lógica de solidariedade e reciprocidade, encontramos um tipo específico de associação de migrantes, as chamadas “Hometown Associations (HTAs)”³.

Dentro das várias materializações possíveis do transnacionalismo migrante, as “Hometown Associations”, constituem uma expressão particularmente nítida das ligações que os migrantes podem estabelecer com as suas comunidades de origem, nomeadamente, através da via do associativismo. Como destaca Orozco (2001), “HTAs represent the clearest form of institutionalization of transnational ties”.

As HTAs são um tipo específico de Associação de Migrantes, que Alarcón (2000:3), definiu como “organizations formed by migrants from the same locality with the purpose of transferring money and other resources to their communities of origin”. A especificidade das HTAs relativamente às associações de migrantes tradicionais advém do facto de apoiarem o desenvolvimento das respectivas comunidades de origem, como afirma Orozco (2004:1):

“[HTAs] seek to promote social change, particularly for the benefit of vulnerable populations, such as children and the elderly. They do this by financially supporting critical sectors, such as health and education in their communities of origin. In this way, the migrant members of HTAs strengthen their relationship to the development of their country of origin”.

No entanto, o facto das HTAs dedicarem a maioria do seu tempo e recursos no apoio a projectos nas comunidades de origem não é incompatível com a prossecução de objectivos ao nível da integração dos seus membros nas comunidades de acolhimento. Rivera (1999) faz notar esta vocação paralela das HTA’s, que, para além das actividades nas comunidades de origem, intervêm também nas sociedades de acolhimento, através da protecção dos direitos humanos, civis e laborais dos seus membros, por exemplo. E, inscrevendo as HTAs na lógica da estrutura dos espaços sociais transnacionais

³ Não se encontra normalizada uma expressão equivalente em português, embora a tradução portuguesa do GCIM (2005) avance com a proposta de Associações de Terra Natal (ATN).

(Faist:2000b), Sassen refere que “we are now seeing a very specific type of Home-town association, one directly concerned with the socio-economic development in its communities of origin and increasingly engaging both governmental and civic entities in sending and receiving countries in these projects” (2002:226).

À semelhança de qualquer outra materialização de transnacionalismo, também as HTAs são influenciadas pelas dinâmicas da própria migração e pelas políticas implementadas tanto no Estado de origem como no de acolhimento. Assim o notou Moctezuma (2004), que argumenta que as tendências nos padrões migratórios, tais como o número de mulheres migrantes ou as políticas que enquadram, por exemplo, a reunificação familiar, afectam as relações transnacionais e, conseqüentemente, as HTAs.

Embora as HTAs se afirmem como organizações filantrópicas que angariam dinheiro com o objectivo de beneficiarem as suas comunidades de origem é, questiona Alarcón (2000:22), o desenvolvimento das comunidades de origem a única (se não mesmo a grande) motivação das HTAs? Segundo Berry (1985), no caso da Nigéria, os investimentos nas cerimónias tradicionais e em projectos de desenvolvimento visam também, em parte, a ascensão social dos próprios migrantes. Neste sentido, diz Alarcón (2000:22) “the HTA serves as a future investment and as a vehicle for some migrants to realize positions of leadership that might otherwise not be available to them”, ideia apoiada por Guarnizo (2003:677) que refere que uma das motivações que conduz à génese e desenvolvimento das HTAs é “an eagerness to gain status and recognition in the place of origin”.

Todavia, esta não é a única motivação. Na verdade, refere Guarnizo (2003:677), as motivações das HTAs resultam de uma articulação entre questões sócio-culturais e políticas, particularmente pelas obrigações familiares, pelo sentido de identificação e de solidariedade para com as comunidades de origem, mas em que pesam também os laços afectivos como nota Kivisto (2001). Este autor considera que o elemento afectivo se encontra subvalorizado por abordagens demasiadamente instrumentalistas, como a de Faist (2000b) e que existe, também, um argumento de natureza emocional que justifica as dinâmicas de solidariedade transnacional, que nasce da saudade, do lamento da ausência e do desejo de permanecer ligado à família e à comunidade, ainda que estando distante (Kivisto, 2001:567-568).

No entanto, como notam alguns autores “life conditions in municipalities that receive grassroots transnational aid confirm the relevance of this collective remittance strategy”. (Portes e Landolt, 2000:543). O dinheiro angariado pelas HTAs permite a construção de estruturas de saneamento básico, de centros de saúde, de escolas, de estradas. As HTAs reparam as igrejas e os edifícios públicos locais, doam livros e medicamentos, suportam bolsas de estudo e ainda apoiam as festividades locais. Muitas HTAs funcionam também como agentes de *lobby* político em assuntos de relevância para as comunidades, ou como intermediários entre estas e os poderes instituídos. Mais do que complementarem a intervenção do Estado, muitas HTAs, devido ao contexto sócio-económico e à instabilidade política dos seus países de origem, acabam por substituí-lo, assumindo, quase por inevitabilidade, o seu papel: “HTAs might be left doing the lion’s share of the governments’ work in development, while the government itself steps back from this responsibility” (Mahler,1998).

Em suma, as HTAs são a manifestação mais sofisticada da institucionalização dos laços que os migrantes podem estabelecer com as suas comunidades de origem. Os desafios que enfrentam, tanto à sua natureza como à sua sustentabilidade, jogam-se nas relações com os poderes instituídos nas sociedades de origem e de acolhimento, mas também resultam das dinâmicas estabelecidas entre as HTAs e as comunidades de origem – numa interacção ambígua entre o interesse e a ambição pessoal, e a solidariedade transnacional.

IV. As Associações de Migrantes Guineenses em Portugal: proposta de sistematização

O primeiro estudo sistemático realizado em Portugal sobre o movimento associativo em contexto migratório identificava 48 associações de migrantes, onde constavam somente 3 guineenses, sendo as cabo-verdianas claramente maioritárias (Albuquerque *et al*, 2000). Já em 2002, a mesma autora identificava 42 Associações de Migrantes guineenses, sendo esta a nacionalidade de referência predominante (Albuquerque, 2002). Esta investigação, todavia, situa a génese das associações de migrantes guineenses, ao longo da segunda metade da década de 80, acompanhando o arranque do movimento migratório guineense para Portugal.

A investigação realizada identificou 51 associações de migrantes guineenses. Para fins analíticos, propõe-se em seguida uma divisão do conjunto das Associações identificadas em três categorias (quadro 1).

É consensual que a primeira associação de migrantes guineenses considerada como tal é a Aguinense, constituída em 1987. No entanto, os primeiros indícios de expressão associativa podem ser localizados um pouco antes, logo no início da década de 80, nas associações apresentadas como pertencentes à terceira categoria.

Nesta fase, e até meados dos anos 90, estas associações de guineenses eram, acima de tudo, redes familiares relativamente estreitas e não formalizadas, suportadas por lógicas de solidariedade e entreajuda. A comunidade guineense caracteriza-se por um baixo grau de sociabilidade inter étnica, que contrasta com elevados níveis de sociabilidades intraétnicas (Machado, 2002), o que justifica as filiações nestes núcleos reduzidos que asseguravam as sociabilizações primárias dos seus membros. Por isso, não é de todo surpreendente que, mesmo já em 2000, a maioria destas associações de migrantes, à semelhança dos seus membros, permanecessem não identificadas (Albuquerque *et al*, 2000), apesar de quase todas terem sido formadas ao longo das décadas de 80 e 90.

O facto de a maioria do universo associativo guineense ter emergido a partir destes colectivos, mesmo que informais, exige que a sua importância seja considerada, pelo que as designamos, para fins analíticos, de (pré) associações. Por (pré) associações referimo-nos a associações em potencial, num estado ainda primitivo, mas com um papel suficientemente relevante para nelas podermos localizar as raízes das associações actuais. Estas (pré) associações desempenharam um papel importantíssimo na ampliação e consolidação da dinâmica migratória guineense, por duas razões. Em primeiro lugar, porque garantiam o apoio aos recém-chegados na procura de emprego, servindo-se de contactos e redes entretanto estabelecidas, bem como alojamento, que não raramente era partilhado (Machado, 2002). Em segundo lugar, porque proporcionavam uma cobertura social, mobilizável em caso de desemprego prolongado ou doença, o que constituía um recurso tão mais valioso quanto precária era a situação da maioria deste imigrantes, decorrente de, em boa parte dos casos, se encontrarem em situação irregular.

Quadro 1 – Proposta tipológica das Associações de Migrantes Guineenses

	Descritores	Associações	Referência étnica	Nº total de Associações (51)	Reconhe-cida pelo ACIME (12)	Peso Relativo (100%)
Categoria 1	Âmbito nacional Vocação política	Aguinense; Aguipa; Guineaspora Casa da Guiné Associação Amizade Portugal-Guiné-Bissau Associação dos Emigrantes Guineenses em Portugal Associação Guineense Unidos para a Solidariedade Social Associação Unida dos Emigrantes da Guiné-Bissau	Irrelevante	8	5	16%
Categoria 2	Âmbito religioso Vocação religiosa	Associação dos Crentes evangelistas residentes em Portugal; Associação Muçulmana de Naturais da Guiné-Bissau	Fulas, mandingas	2	0	4%
Categoria 3	Âmbito local Vocação assistencialista	Associação dos Filhos e Amigos de Bafatá; Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Bolama; Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Jeta; Associação dos Filhos de Calequisse residentes em Portugal; Associação dos Filhos Unidos de Binhante; Associação Guineense dos Filhos de Bassarel; Associação Guineense para o Desenvolvimento da Ilha de Bijagós; Associação Amigável Babanda Ucinho Bucul; Associação Coligativa Bissau Biombo e Amigos Associação dos Emigrantes Bajope-Bipar Associação dos Emigrantes de Bô em Portugal Associação dos Emigrantes de Tame Associação dos Emigrantes de Batucar Associação dos Filhos de Farim Associação dos Filhos e Amigos da Região de Gabu Associação dos Filhos e Amigos de Patchana	Manjacos em 74% dos casos	35	5	68%
Categoria 3	Âmbito local Vocação assistencialista	Associação dos Filhos e Amigos do Sector de Pitche Associação dos Filhos de Bachil Associação dos Filhos de Canhobe				

		Associação dos Filhos de Canobe Associação dos Naturais de Cabienque residentes em Portugal Associação dos Naturais de Pelundo residentes em Portugal Associação dos Naturais e Amigos da Região de Cacheu Associação dos Naturais de Chulame Associação dos Filhos e Amigos de Utiacor residentes em Portugal Associação dos Filhos de Canobe Associação dos Naturais de Petabe Associação dos Naturais de Cachobar Associação dos Naturais de Beniche Associação dos Naturais de Pepal Associação dos Naturais de Bucute - Caroncã Associação dos Naturais de Bará Associação Guineense Descendentes e Amigos de Pecixe Balolé- Associação dos Filhos de Bajope e Capol residentes em Portugal Cabás-Garandi – Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Bolama				
Categoria 4	Diversos (geminções, associações de estudantes...)	Associação Amizade Matosinhos/Portugal–Mansoa/Guiné-Bissau; Associação dos Estudantes Guineenses em Lisboa Associação Moura Bissau Bolanha – Associação dos Quadros e Estudantes Guineenses na Diáspora CESGUI – Centro de Estudos Guineenses Comissão Instaladora da Federação das Associações Guineenses em Portugal	Irrelevante	6	2	12%

A existência destas redes familiares de entreajuda e de solidariedade social possibilitou não só melhores condições de vida aos que já se encontravam a residir em Portugal, como também alimentou a continuidade do movimento migratório. Efectivamente, são as (pré) associações, ao garantirem os mínimos de segurança, informação e enquadramento aos seus membros, que incentivam que um número crescente de indivíduos se continue a deslocar para Portugal. A teoria das redes sociais permite perspectivar a função das (pré) associações, particularmente se recorrermos à perspectiva de Crisp (1999) para o caso de redes sociais em contexto migratório.

O estado de (pré) associação, é um processo comum para a maioria das associações de referência local. Das 35 identificadas como pertencentes a esta categoria, pelo menos 23 passaram por este estado, caracterizado pela partilha de um alojamento comum, e tendo como membros pessoas oriundas de uma mesma aldeia ou região, invariavelmente rural, pouco escolarizadas, que se ocuparam profissionalmente na área da construção civil e onde as mulheres eram praticamente inexistentes. O vínculo do indivíduo com a associação era materializado pelo pagamento de uma quota, que constituía o fundo, única fonte de financiamento das associações.

O aumento maciço do contingente de guineenses – na ordem dos 408% entre 1986 e 1996 (Kerlin, 1998) –, e as próprias mudanças no panorama sócio-económico e político nacional exigiram o crescimento das associações. O estado de (pré) associação é ultrapassado para dar lugar a uma situação de crescente institucionalização. A maioria destas associações constitui-se formalmente no final da década de 90 e adopta, por força deste processo e das relações que começa a estabelecer com outros organismos, particularmente o ACIME, um conjunto novo de procedimentos de carácter mais formal. Umas registam-se no ACIME e algumas estabelecem ligações com autarquias. Mas a maioria continua sem sede própria, que funciona, regra geral, em casa do Presidente da associação e a depender maioritariamente, quando não exclusivamente, das quotas dos associados para desenvolver as suas actividades.

À medida que a situação da comunidade migrante tende para a estabilização e regularização, as associações começam a redefinir as prioridades da sua intervenção, concentrando os seus esforços na promoção de actividades nas respectivas comunidades de origem.

Este é um estágio posterior (e o actual) da maioria das associações de referência local. Tal não significa que a associação deixe de garantir o apoio aos seus membros em caso de necessidade. O que se verifica é que a maioria deles já não necessita de recorrer

à associação em caso de doença ou desemprego, uma vez que já se encontram inseridos nos sistemas formais de Segurança Social. O facto da condição dos membros da associação ter melhorado, liberta a associação para o desenvolvimento de outro tipo de actividades, invariavelmente dirigidas à comunidade de origem.

As associações de migrantes manjacos não só são claramente maioritárias dentro da sua categoria, como são as mais numerosas no conjunto do universo associativo guineense. O que facilmente poderia ser caracterizado como “pulverização” associativa é, na verdade, uma expressão clara da lógica subjacente à sua constituição. O pendor localista destas associações marca a sua estrutura organizativa: a cada aldeia de origem corresponde uma associação. No limite, poderá haver tantas associações de manjacos como aldeias com pessoas emigradas. Esta lógica dita o universo dos seus membros e a natureza e âmbito das suas intervenções: os originários de uma determinada aldeia pertencem à respectiva associação e não a outra; as actividades que a associação desenvolve visam ou os seus membros ou a respectiva localidade de origem – e não outra.

Apresenta-se em seguida três exemplos deste tipo de associações, que permitem elucidar, a partir da sua “história de vida”, o percurso, a vocação e o perfil das associações de migrantes manjacos.

V. O rasto e o rosto das associações de migrantes manjacos

Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Jeta – AFAIJE

A AFAIJE reúne os migrantes oriundos da Ilha de Jeta, na zona Norte da Guiné-Bissau. Juntamente com a ilha de Pecixe, a ilha de Jeta constitui um dos dois únicos espaços insulares na zona manjaca. Uma parte substantiva da população da Ilha encontra-se emigrada, sobretudo em França e no Senegal, mas também em Portugal.

Criada em 1985, no Bairro de Fim de Mundo, no Estoril, a associação assumiu desde logo duas grandes prioridades. Por um lado, apoiar os seus membros residentes em Portugal. Por outro, contribuir para o desenvolvimento da sua ilha natal. Tal como outras associações idênticas, a pertença à AFAIJE implica o pagamento de uma quota. O colectivo destas quotas constitui o fundo da Associação e é esta a sua principal fonte de financiamento.

Ao constituir-se formalmente, a AFAIJE definiu como objectivos “reunir e organizar os Filhos e Amigos da Ilha de Jeta, que residem cá, para se poderem ajudar os nossos irmãos que se encontram lá a viver em dificuldades”. Afirmar também que “pretende continuar a trabalhar com todas as pessoas, empresas e instituições que manifestem vontade de ajudar a Ilha de Jeta e a sua população.”⁴

A preocupação central com as condições da ilha é expressa não só pelos Estatutos da Associação mas também, e acima de tudo, pelas as suas actividades. O primeiro projecto apoiado pela AFAIJE em Jeta foi a construção de Centro de Saúde local, realizado em parceria com as associações congéneres existentes em Bissau, França, Espanha, Senegal e Inglaterra. Este projecto, concretizado entre 1997 e 1998, mobilizou fortemente a associação do ponto de vista financeiro e dos seus recursos humanos, tendo sido inclusivamente destacados dois membros da Associação para acompanhar no local o bom andamento da obra.

Em 2003, a associação assegurou o abastecimento de água potável para o Centro e angariou fundos para a aquisição de painéis solares que garantem a energia necessária para a ampla funcionalidade do Centro de Saúde. Em 2004, com o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Cascais – Casa Grande da Galiza, a AFAIJE promoveu uma campanha de solidariedade, recolhendo medicamentos para o Centro e outros bens essenciais para a população da Ilha. Todos os custos de transporte foram integralmente suportados pela Associação em Portugal.

Apesar de todos estes esforços, e estando já concluído e equipado, o centro de saúde permanece tragicamente inoperacional 9 meses por ano, uma vez que não dispõe de pessoal médico. Sem capacidades para ultrapassar esta situação, e face à crise generalizada que os serviços públicos atravessam na Guiné-Bissau, a Associação procurou, mesmo assim, contornar a quase impossibilidade de garantir que os habitantes de Jeta tenham acesso a cuidados de saúde, sobretudo os urgentes. A estratégia utilizada passou pela aquisição de 4 barcos, sendo que dois asseguram a ligação entre a ilha e o continente, garantindo assim uma ligação mais regular do que a até então existente viagem semanal. Os outros dois barcos são utilizados para a pesca, encontrando-se a sua gestão confiada à Associação de Pesca Artesanal local. Qualquer um destes, em caso de urgência médica, poderá ser mobilizados para levar o doente para o continente.

Não obstante todos os investimentos realizados em Jeta, a associação não descarta o seu papel como promotora da integração e da melhoria das condições de vida

⁴ Fonte: Nota apresentativa da AFAIJE – núcleo de Portugal, 2005

dos seus membros em Portugal. O apoio jurídico e encaminhamento para os serviços adequados dos sócios em situação irregular foi uma constante na história da associação, embora desde 1998 tenha perdido alguma expressão. O fundo da associação tem sido utilizado para concretizar este apoio sempre que necessário, tendo custeado até ao momento 50% do valor dos medicamentos de um sócio doente e a realização das despesas fúnebres de três dos seus associados. Na mesma lógica, o fundo da associação foi também utilizado para apoiar financeiramente uma família oriunda de Jeta que perdera duas das suas filhas num trágico incêndio no Bairro do Fim de Mundo.

Também no quadro do apoio aos seus associados em Portugal, a AFAIJE promoveu, em parceria com uma empresa de formação, um curso de formação profissional em Informática para quinze associados, financiado pelo Estado Português e pelo FSE.

Por fim, a valorização da cultura tradicional guineense e em particular da Ilha de Jeta junto da comunidade de acolhimento, bem como o desenvolvimento pessoal e cultural dos jovens de 2ª geração, justificaram a criação de um Grupo Cultural o “Ballet Manbôf”. Constituído por jovens rapazes e raparigas da comunidade da Ilha de Jeta, o “Ballet Manbôf” recupera danças e peças teatrais tradicionais, um projecto que pretende ser uma demonstração, nas palavras de Tomé Correia, presidente da associação, “das coisas boas que existem na Guiné-Bissau, para que não pensem que tudo é mau lá”⁵.

A maturidade da AFAIJE – núcleo de Portugal, é também expressa pela capacidade de relacionamento crescente com as instituições públicas relevantes para a sua actividade a nível nacional. O reconhecimento formal concedido pelo ACIME, permitiu à associação recorrer às linhas de financiamento desta entidade. Uma vez aprovado, o projecto denominado “Diáspora envolvente” garantiu à associação uma deslocação a França, para contactos e trocas de experiências com a sua congénere francesa. Embora já tivessem realizado projectos em conjunto, o quadro objectivo em que decorreu esta actividade permitiu uma sistematização de práticas e aprendizagens de parte a parte, reforçando a ligação já existente. Uma segunda actividade deste projecto consistiu na criação de um atelier para Tecelagem de Panos Tradicionais da Guiné-Bissau. Financiado em 75% pelo ACIME, este projecto contou também com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, que cedeu o espaço necessário para a sua implementação, no Bairro de Fim de Mundo, no Estoril. No entanto, a própria AFAIJE ainda não possui sede própria, funcionando em casa do seu presidente.

Tal como o “Ballet Manbôf”, o atelier de Tecelagem de Panos Tradicionais da Guiné-Bissau procura valorizar e divulgar os saberes tradicionais da Guiné-Bissau na sociedade de acolhimento, ao mesmo tempo que procura envolver as segundas gerações nas práticas e cultura dos seus pais. “Para que aprendam com os mais velhos e este saber possa continuar”⁶, justificou Tomé Correia, presidente da associação.

Associação dos Naturais de Cabienque Residentes em Portugal – ANCRP

A Associação dos Naturais de Cabienque residentes em Portugal foi criada em 1989, tendo sido formalmente constituída dez anos depois. A ANCRP não se encontra reconhecida pelo ACIME. Muito à semelhança da Associação Balolé, também a ANCRP foi criada com o objectivo inicial de apoiar os seus membros na obtenção de alojamento e emprego e para fornecer apoio em caso de doença ou desemprego prolongado. Nas palavras do seu Presidente, Marciano Mendes, “no início, a Associação era a Segurança Social que nós não tínhamos”⁷.

A esta primeira vocação, de tipo mutualista e de natureza assistencial, a Associação acrescentou, à medida que as condições de vida dos seus membros em Portugal melhoravam, uma outra: o apoio ao desenvolvimento da aldeia de Cabienque. Suportada integralmente pelas quotizações dos seus membros, a Associação desenvolve hoje, em paralelo com o apoio permanente aos seus membros em Portugal, actividades que visam a promoção do desenvolvimento da aldeia de Cabienque, na Guiné-Bissau. Todas as actividades da ANCRP na comunidade de origem são desenvolvidas em parceria com as respectivas associações congéneres existentes em França, no Senegal e na Gâmbia.

A primeira actividade desenvolvida pela Associação na respectiva localidade de origem foi logo no início da década de 90, quando financiou o escavamento de dois furos para o abastecimento de água da aldeia. Seguiram-se investimentos de maior dimensão entre 1995 e 1997, quando a Associação, juntamente com as suas congéneres francesa e senegalesa, financiou a construção de dois pavilhões escolares: uma escola primária e um jardim de infância. Em 1998, foi também construído um Centro de Saúde, em grande parte como consequência de uma visita da ONG “Médicos do

5 Declarações efectuadas à RTP África, a 28 de Maio de 2006, no Bairro de Fim de Mundo, no Estoril.

6 Declarações efectuadas à RTP África, a 28 de Maio de 2006, no Bairro de Fim de Mundo, no Estoril.

7 Fonte: Memória da Sessão de Formação 3 do Projecto “Aprender Sempre”, CIDAC – Lisboa, 11 de Fevereiro de 2005

Mundo” de França à região cujo apoio (também financeiro) foi importante para a concretização do projecto. Em paralelo, concluíram-se os acabamentos dos pavilhões escolares.

Entre 2000 e 2002 foram construídos mais dois pavilhões escolares para o ensino secundário. Dadas as actuais limitações financeiras do Estado guineense, os salários dos professores são pagos, desde então e até hoje, a partir do fundo da Associação. Em 2004 foram construídas mais quatro salas de aula e adquiridas duas máquinas de descascar arroz, que no entanto não podem ser utilizadas porque a aldeia não dispõe, praticamente, de energia eléctrica. Por esta razão, a Associação encontra-se actualmente a tentar financiar a aquisição e envio de painéis solares para Cabienque, que será uma forma de colmatar a carência de energia eléctrica na aldeia. Desta forma, entre outras possibilidades a concretizar, poderão ser dadas aulas nocturnas para os adultos da aldeia e as máquinas de descascar arroz poderão funcionar integralmente.

Ainda que conte com o apoio do colectivo dos *Homens Grandes*⁸ locais, que controlam o andamento das obras e garantem o envolvimento das populações nas tarefas que lhes cabem, sempre que uma obra se encontra a decorrer, um membro de uma das Associações na diáspora – seja de Portugal, França, Gâmbia ou Senegal – desloca-se expressamente à aldeia com o objectivo de seguir o desenvolvimento do projecto.

Apesar dos avanços, os desafios que se colocam ao futuro da Associação são significativos. Ao longo dos últimos tempos, a Associação perdeu quase metade dos seus membros, na sua esmagadora maioria devido à migração para Espanha, onde as condições salariais são notoriamente melhores. No entanto, a Associação não esmorece. O próximo projecto da Associação, a concretizar a curto prazo é a criação de um “banco” informal para o envio de remessas para a aldeia de origem. Em tudo idêntico a uma “Western Union”, o “banco” cobrará uma taxa diminuta pelo envio do dinheiro, que por sua vez reverte inteiramente para os fundos da Associação. Garante-se assim não só um reforço da capacidade de auto-financiamento da Associação, mas também um aumento dos montantes enviados para a aldeia, uma vez que se perde menos dinheiro em custos de transferência e taxas de câmbio do que numa transferência regular. Os *Homens Grandes* locais assegurarão a liquidez das ordens de pagamento enviadas, a partir de um fundo constituído exactamente para o efeito e reforçado a partir das deslocações dos migrantes à aldeia de origem.

⁸ Por *Homens Grandes* entende-se o colectivo dos indivíduos de idade mais avançada que, em sociedades gerontocráticas como a manjaca, detêm o prestígio, o estatuto social mais elevado e o poder de decisão.

Actualmente, a Associação conta com 92 membros em Portugal. Em França são cerca de 300, no Senegal e Gâmbia são “não se sabe quantos ao certo, mas são muitos, muitos”⁹.

Associação dos Naturais do Pelundo Residentes em Portugal – ANPRP

A Associação dos Naturais do Pelundo residentes em Portugal distingue-se das restantes associações pelo facto do Pelundo ser uma aldeia atipicamente muçulmana no contexto do território manjaco. Segundo Kerlin (1998), a islamização desta aldeia surge na sequência da migração de um dos seus habitantes, Injai, em 1887, para a parte oriental da Guiné-Bissau, onde se teria convertido ao Islão. Tendo regressado ao Pelundo, em 1927, Injai assumiu o lugar de chefe da aldeia, tendo começado a enviar as suas filhas para zonas islamizadas para que se casassem com muçulmanos. Também os seus filhos abandonavam temporariamente a aldeia para que estudassem o Islão. Como consequência, hoje toda a aldeia se encontra islamizada, tendo já sido construída uma mesquita.

Verifica-se que a islamização do Pelundo não gerou descontinuidades com os padrões migratórios já existentes na região. Pelo contrário, reforçou-os. Actualmente, à semelhança de outras aldeias manjacas, o Pelundo (que tem o mesmo nome do sector ao qual pertence), apresenta uma grande comunidade na diáspora, no seu caso, em Portugal, França e Espanha.

O primeiro grupo de pelundanos chegou a Portugal por volta de 1984, tendo adquirido uma casa no Bairro das Marianas em Carcavelos, como objectivo de alojar a comunidade que continuava a aumentar. A ANPRP foi criada em Portugal em 1992, tendo sido formalmente constituída em Fevereiro de 1997. Para além de ser reconhecida pelo ACIME desde esse ano, a associação também possui o estatuto de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social. A associação surgiu “com a finalidade de dar apoio a todos os imigrantes em Portugal, particularmente os guineenses, em especial os nossos associados porque são eles que asseguram o funcionamento normal da Associação através da sua quotização”, sendo essa a razão pela qual dão “apoio incondicional desde a sua legalização até à sua integração social” (ANPRP, 2001).

As actividades que a associação desenvolve em Portugal visam sobretudo o apoio aos seus membros em caso de doença, desemprego ou falecimento. Até 2003, a

⁹ Marciano Mendes, Presidente da ANCRP, entrevista com a autora, instalações do CIDAC, Lisboa, 19 de Maio de 2006.

associação financiou o repatriamento de três associados “afectados por doenças que só podiam ser curadas no país”, bem como a transladação para a Guiné-Bissau de sete sócios falecidos (Informação Pelundo, 2003:4). Em colaboração com o ACIME e com o apoio do Ministério da Educação, organizou um curso de português para a comunidade guineense. Em 2003, a associação consolida a sua intervenção ao nível da comunidade imigrada em Portugal e propõe-se desenvolver um projecto de informação sobre aspectos pertinentes para a vida dos migrantes nomeadamente ao nível da situação legal, do emprego e da habitação, bem como prestar apoio a famílias carenciadas da comunidade.

Como os próprios notam, “sendo uma Associação de Imigrantes, não só se preocupam com a situação dos imigrantes no país de acolhimento, mas também no País de origem” (ANPRP, 2003). A maioria das actividades e dos recursos da Associação são dedicados à promoção do desenvolvimento de Pelundo. O PADEPE – Projecto de Apoio para Desenvolvimento de Pelundo, promovido pela associação, tem como objectivo principal o melhoramento das condições de vida da população da aldeia. A Associação diagnosticou as principais necessidades da aldeia e tem vindo, pouco a pouco, a desenvolver as actividades necessárias para colmatar esses défices. Até ao momento, a Associação adquiriu um gerador que fornece a energia eléctrica para a igreja, a mesquita e a escola locais. Como nota o plano do PADEPE, as infra-estruturas de Pelundo são inexistentes e/ou extremamente deficitárias. O Centro de Saúde local, por exemplo, carece de equipamentos e medicamentos, não possuindo igualmente pessoal qualificado. Não existe sequer uma parteira pelo que as taxas de mortalidade materno-infantil e infantil são muito elevadas. A situação é tão grave que “a população de Pelundo já perdeu o hábito de procurar o posto sanitário quando está doente” (ANPRP, 2003).

Situação idêntica se verifica relativamente à escola local. Com cerca de 10.000 habitantes onde cerca de 75% são mulheres e crianças (ANPRP, 2003), o sector de Pelundo possui três escolas primárias. Duas destas foram construídas pelos migrantes do Pelundo em França; a terceira tem uma parede construída pelo Estado e o restante da estrutura e respectivo equipamento suportada pela Associação dos Pelundanos em Portugal. No entanto, debate-se com a falta de professores.

Para o futuro, a Associação tem como objectivos construir um liceu, recuperar e possibilitar o adequado funcionamento do Centro de Saúde local e providenciar comunicações para a aldeia, através da instalação de um telefone público, dado que não

existem nem telefones públicos nem privados, pelo que qualquer comunicação implica o deslocamento até à cidade mais próxima, Canchungo, a nove quilómetros.

Pretende também melhorar os acessos à vila e desenvolver infra-estruturas de saneamento básico e dinamizar o mercado local, estagnado desde a Independência. Independentemente da medida da sua efectiva concretização, todos os projectos da Associação, tal como os que foram concretizados até à data, serão realizados a partir dos esforços conjuntos das diversas associações de migrantes de Pelundo espalhadas pela diáspora, e financiados quase em exclusivo pelas quotas e contribuições dos seus sócios.

A força da ANPRP, tal como de qualquer associação da sociedade civil, reside nos seus membros. As várias Associações de Naturais de Pelundo agregam um número significativo de indivíduos e, como notam os próprios, “mais de 50% estão integrados nesses países e têm condições económicas para assegurar o financiamento desse projecto de grande envergadura que pode mudar a vida da população do Pelundo” (ANPRP, 2003).

VI. Conclusão

A investigação realizada sobre as associações de migrantes manjacos enfatizou a relação existente entre a vocação da associação e o percurso e perfil dos migrantes. Por um lado, a associação cumpre uma função assistencialista, substituindo-se em grande medida ao Estado no processo de apoio e acolhimento ao migrante. Por outro lado, a associação assegura uma função reprodutiva das práticas sociais da origem, quer de forma passiva – através da sua própria estrutura funcional e organizativa, que reflecte os mecanismos sociais da origem – quer de forma activa – promovendo e assegurando o acesso às terapias e aos funerais tradicionais, mesmo que no país de origem.

Verificou-se também que as associações de migrantes manjacos são duplamente reactivas, quer às dinâmicas da sociedade de origem, quer aos constrangimentos da sociedade de acolhimento. O início de actividades dirigidas às comunidades de origem não é de todo alheio às mudanças nas condições de integração na sociedade portuguesa, pelo contrário. Constata-se que a disponibilidade para o investimento em projectos de desenvolvimento na Guiné-Bissau é claramente marcada pela sedentarização da comunidade migrante em Portugal, e a consequente melhoria da sua estabilidade e

situação financeira, sem que isso, note-se, invalide a função assistencialista e de reprodução social, que corre em paralelo, embora a primeira exija agora menor investimento. O inverso também sucede. As actividades das associações na sua comunidade de origem são formatadas pelas condições de vida nas aldeias, ou seja, pelos constrangimentos do tecido económico e sócio-político guineense. Predomina, em qualquer um dos casos analisados, uma perspectiva extremamente localista, uma vez que os investimentos da associação são dirigidos em exclusivo para a *tabanca* de origem, de cada associação são oriundos de um mesmo local. As preocupações são também idênticas a este nível, centrando-se maioritariamente nas questões de saúde e educação.

Esta investigação destacou a importância da transmissão e manutenção de laços sociais e simbólicos (ou capital social) através dos fluxos migratórios, ou seja, persistindo através do tempo e de longas distâncias. São estes laços sociais e simbólicos – que se traduzem em valores, práticas, normas e comportamentos – que justificam a forma que as associações assumem quando se materializam nos seus contextos de acolhimento. São também estes que explicam porque as associações mantêm relações intensas e regulares entre si e com as respectivas comunidades de origem, mantendo-se, apesar da distância, presentes ainda que ausentes¹⁰.

Parece assim evidente que as associações de migrantes manjacos reúnem o conjunto de critérios definidos por Portes (1999) para serem considerados actores transnacionais. Em primeiro lugar porque influenciam e são influenciados nas suas práticas quotidianas por pessoas e eventos que acontecem noutro lugar. Mais do que isso, as próprias associações são o resultado – quer na sua materialização, quer ao nível das suas lógicas e actividades – de uma dinâmica que envolve simultaneamente e em diversas medidas, elementos da origem, do acolhimento e das outras associações na diáspora. Em segundo lugar, porque essa dinâmica apresenta uma acumulação razoável – em alguns casos, com mais de vinte anos –, que garante já que não é temporária ou excepcional, mas sim que faz parte intrínseca da própria identidade destas associações, desde a sua génese até ao presente. Em terceiro lugar, porque o número de associações envolvidas no processo é significativo. A investigação realizada analisou directamente cerca de metade do total das associações existentes em Portugal e, para além destas, há a considerar todo o conjunto de congéneres radicadas noutros países africanos e

10 Parafrazeando Robert Smith (2000), na obra intitulada: *Los Ausentes siempre Presentes: The Imagining, Making and Politics of a Transnational Community between New York City and Ticuani, Puebla*, Manuscrito, Columbia University, Institute for Latin American and Iberian Studies.

européus e cuja presença está patente no discurso e na prática das associações. Embora este conjunto não tenha sido investigado com idêntica profundidade, tanto as referências feitas, como alguns contactos esporádicos realizados pela autora sustentam que o padrão definido para as associações manjacas é relativamente generalizável.

Embora Guarnizo (2003:669) refira que “everyday transnational practices are not neatly compartmentalized nor are their consequences”, para fins estritamente analíticos recorreremos à tipologia de Itzigsohn (2002) para classificar o tipo de transnacionalismo materializado por estas associações. Afirma este autor, corroborando a tese de Faist (2000b) “sociocultural transnationalism concerns the emergence of practices of sociability, mutual help and public rituals rooted in the cultural understandings that pertain to the sense of belonging and social obligations of immigrants. These practices constitute the backbone of emergent communities without propinquity.” (Itzigsohn, 2002:768).

É importante referir que, o facto de serem os laços de solidariedade que suportam este tipo de transnacionalismo não implica que a sua materialização não possa assumir formas que não de natureza sócio-cultural, como por exemplo, no que diz respeito à construção de infra-estruturas, porque dependem das necessidades nas comunidades de origem. No entanto, o que demarca o tipo de transnacionalismo evidenciado pelas associações de migrantes manjacos está ligado à sua motivação, segundo Itzigsohn (2002:768): “sociocultural transnationalism refers to social practices that are more affective oriented and less instrumental than political or economical transnationalism”.

Constata-se ainda que o perfil apresentado pelas associações de migrantes manjacos enquadra-se no conjunto das propostas teóricas sobre este tipo de actor transnacional elaboradas até ao momento. Em primeiro lugar, não só as associações de manjacos são, evidentemente, associações de migrantes, como a sua matriz aglutinadora é a pertença comum à mesma aldeia de origem. Em segundo lugar, e ainda que na maior parte dos casos não exista uma consciência sistematizada do processo, todas as associações analisadas visam a mudança social na respectiva aldeia de origem, procurando beneficiar particularmente os seus sectores e os seus elementos mais vulneráveis, adequando-se claramente à perspectiva funcional proposta por Orozco (2004).

Também o perfil das associações de migrantes manjacos se enquadra naquela que é a natureza normalizada das HTAs: associações voluntárias, não sectárias, que

dependem quase exclusivamente dos donativos dos seus membros (Leiken, 2000), constituídas maioritariamente por homens, de origem rural, migrantes de primeira geração, que já se encontram estabilizados na sociedade de acolhimento e cujos índices de capital social são mais elevados. Assim, globalmente, pode considerar-se que as associações de migrantes manjacos analisadas são enquadráveis no perfil teórico existente sobre as HTAs. Na verdade, seriam até expectáveis diferenças mais significativas, tendo em conta que a reflexão teórica sobre as HTAs aqui apresentada foi construída com base numa comunidade de dimensão substancialmente superior à guineense, como é a latina nos Estados Unidos e por referência a contextos de saída e acolhimento bastante diferenciados dos analisados na investigação. No entanto, as diferenças observadas não interferem com o corpo desta teoria, sendo sobretudo resultado de escalas e maturidades migratórias diferentes e da diversidade sócio-cultural, económica e política tanto na origem como no acolhimento. Os mesmos processos foram identificados para as associações magrebinas em França (Lacroix, 2005) e do Ghana no Canadá (Owusu, 2000).

No entanto, as associações de migrantes manjacos possuem uma marca absolutamente distintiva quer em relação a outras associações guineenses quer relativamente a associações de outras nacionalidades: as ligações que mantêm com as respectivas associações congéneres tanto na diáspora como no país de origem, são uma prática corrente e determinante ao nível das suas intervenções. Para além de conferir um carácter singular a estas associações, este elemento enfatiza o grau de complexidade que as relações desenvolvidas pelas associações de migrantes podem atingir. Tomando como referência o quadro teórico definido, facilmente se conclui que estas ligações mantidas pelas associações quer com as respectivas aldeias de origem, quer com outras associações na diáspora constroem um campo social transnacional, no qual elas próprias são, simultaneamente, causa e consequência.

Esta constatação torna visível um cenário onde um conjunto diversificado de actores se interliga e influencia mutuamente, apesar de se encontrarem a milhares de quilómetros de distância entre si. Que envolve e materializa as próprias Associações (e que elas próprias agenciam), mas que conta também com outros agentes, tornando evidente que, até mesmo aqueles que não migram – tanto indivíduos como instituições – acabam por fazer parte desse cenário.

Neste contexto, a investigação desenvolvida reiterou a pertinência do paradigma dos espaços sociais transnacionais (Faist, 2000a) para o estudo contemporâneo das

migrações. Esta perspectiva de análise permite enquadrar e fazer sentido de processos que, tal como este, não são limitados por fronteiras formais, mas sim pelo conjunto de actores que envolvem, independentemente da sua localização geográfica. Tomado sobre esta perspectiva, o objecto de estudo desta investigação confirmou-se claramente como um actor transnacional, simultaneamente arquitecto e peão de dinâmicas que trespassam fronteiras e que configuram um espaço social transnacional concreto e bem delimitado.

No entanto, parece excessivo preconizar por isso o fim do Estado-nação. Pelo contrário, o estudo das associações de migrantes manjacos confirma a permanência do poder dos Estados para influenciar e condicionar os restantes actores que constituem o espaço social transnacional e, conseqüentemente, o conjunto de dinâmicas que o alimentam. O que a presente investigação atesta, por conseguinte, é a necessidade de repensar o modelo monolítico e fechado de Estado-nação, mas também, e sobretudo, o nacionalismo metodológico como perspectiva de análise privilegiada no estudo contemporâneo das migrações, tal como Wimmer e Glick Schiller (2002) defendem.

Nesta mesma linha, a investigação realizada oferece ainda um pequeno contributo para o debate em curso sobre a relação entre transnacionalismo e integração. Nos casos apresentados, tal como em outros, verificou-se uma relação directamente proporcional entre o índice de integração da comunidade e a incidência de actividades de âmbito transnacional. Ao contrário do que tem sido indicado por alguns autores, a prática transnacional pode não constituir um mecanismo de compensação para uma integração mal sucedida, mas sim um indicador de um processo de integração – a existir – com um nível de complexidade mais elevado. Nesta articulação, confirma-se que, tal como muito pertinentemente notara já uma autora, “a transnational frame of reference is required not only for analysing contemporary immigrant settlement outcomes but also for re-defining the concept of settlement itself” (Landolt, 1999:313).

Por fim, o estudo das associações de migrantes manjacos enfatizou, à luz da perspectiva transnacional, a relação indissociável existente entre migração e desenvolvimento. Tanto as actividades promovidas pelas associações nas suas comunidades de origem, como o contexto em que emergem, confirmam que “people leave their countries because of development conditions there, yet they continue to engage with their homelands at various levels. Such engagement stretches the idea of development beyond territorial boundaries” (Orozco, 2004:6). Esta investigação evidencia assim que, tal como os modos de incorporação ou as lógicas de

associativismo, também as dinâmicas de desenvolvimento adquirem uma nova dimensão quando abordados sob uma perspectiva transnacional.

O transnacionalismo não será, com certeza, o “grau zero” da investigação científica na área das migrações: as perspectivas e os paradigmas que o antecederam continuam válidos em muitos pontos e sólido conhecimento poderá continuar a ser construído a partir deles. No entanto, em face das conclusões obtidas, torna-se defensável a tese de que a abordagem transnacional poderá ser extremamente pertinente para ler e compreender muitos dos processos migratórios que interpelam os cientistas sociais na actualidade.

Bibliografia

Alarcón, Rafael (2000), *The Development of Home Town Associations in the United States and the use of social remittances in Mexico*, Working Paper, Inter-American Dialogue, Washington DC

Albuquerque, Rosana et al, (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório – Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras, Celta Editora

Basch, Linda et al (1994), *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States*, Basel, Switzerland: Gordon and Breach

Berry, Sara (1985), *Fathers work for their sons. Accumulation, mobility and class formation in an extended Yoruba Community*, Berkeley: University of California Press, citado em Vertovec (2004:46).

CIDAC (2004), *Migração e Desenvolvimento: uma visão de experiências associativas em Portugal*, OSIM en Europe & en Notes, Paris, Karthala

Crisp, Jeff (1999), *Policy Challenges of the new diásporas: migrant networks and their impact on migration flows and regimes*, WPTC – 99 – 05, Policy Research Unit, UNHCR, Genebra

Faist, Thomas (1998), *Transnational social spaces out of international migration: evolution, significance and future prospects*, *Arch. Europ. Sociol*, vol. XXXIX (2), pp. 213-247.

Faist, Thomas (2000a), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford: Oxford University Press

Faist, Thomas (2000b), *Transnationalization in international migration: implications for the study of citizenship and culture*, *Ethnic and Racial Studies*, 23 (2), pp.189-222

Glick Schiller et al (1992), *Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration*, Glick Schiller et al (eds), *Towards a transnational perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism reconsidered*, New York, New York Academy of Sciences, pp.1-24.

- Glick Schiller, Nina e Levitt, Peggy (2004), Conceptualising Simultaneity: a transnational social field perspective on society, *International Migration Review*, 38 (3): 1002-1039
- Goldring, L. (1998), The power of status in transnational social fields, in *Transnationalism from Below*, M. Smith e L. Guarnizo (eds), New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, pp.165-95.
- Goldring, L. (2001), The gender and geography of citizenship in Mexico-US transnational spaces, *Identities*, 7 (4), pp.501-37.
- Guarnizo, Luís Eduardo (2003), The Economics of Transnational Living, *International Migration Review* 37 (3), pp. 666-698.
- Itzigsohn, José (2002), Immigrant incorporation and Sociocultural transnationalism, *International Migration Review*, pp.767-798.
- Kerlin, Michael, (1998), *Construindo a sua pátria a partir de fora: as Remessas e o Associativismo na comunidade guineense imigrante em Portugal*, Lisboa, (policopiado)
- Kivisto, Peter (2001), Theorizing transnational immigration: a critical review of current efforts, *Ethnic and Racial Studies*, 24 (4), 549-577
- Lacroix, Thomas (2005), *Les réseaux marocains du développement: Géographie du transnational et politiques du territorial*, Paris, Sciences Po - Les Presses
- Landolt, Patricia et al (1999), From Hermano Lejano to Hermano Mayor: the dialectics of Salvadoran transnationalism, *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2), pp. 290-315.
- Leiken, Robert S. (2000), *The Melting Border: Mexico and Mexican Communities in the United States*, Washington, D.C.: Center for Equal Opportunity, citado em Orozco (2004:11)
- Levitt, Peggy, de la Dehesa, Rafael (2003), Transnational Migration and the redefinition of the state: variations and explanations, *Ethnic and Racial Studies*, vol.26, nº4, pp.587-611.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Lisboa, Oeiras Editores.
- Mahler, Sara (1998), Theoretical and empirical contributions towards a research agenda for transnationalism, in *Transnationalism from Below*, M. Smith e L. Guarnizo (eds), New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, pp.64-100
- Meister, Albert (1972), *Vers une Sociologie des Associations*, Paris, Les Editions Ouvrières
- Moctezuma, Miguel (2004), *La presencia migrante desde la distancia. Clubes de zacatecanos en los Estados Unidos*.
- Orozco, Manuel (2000), Latino Hometown Associations as Agents of Development in Latin America, *IAD/TRPI Working Paper, Inter-American Dialogue*, Washington DC
- Orozco, Manuel (2001), "Globalization and Migration: the impact of family remittances in Latin-America", paper at Inter-American Foundation/UN ECLAC/World Bank conference on Approaches to Increasing the Productive Value of Remittances, Washington D.C., citado em Vertovec (2004:45).

Orozco, Manuel e Welle, Katherine (2004), Hometown Associations and Development: a look at ownership, sustainability, correspondence and replicability, *Working Paper, Inter-American Dialogue*, Washington DC

Owusu, Thomas (2000) The role of Ghanaian Immigrant Associations in Toronto, Canada, *International Migration Review*, pp.1155-1181.

Portes, Alejandro et al (1999), The Study of Transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field, *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2), pp.217-237.

Portes, Alejandro (1997), Immigration theory for a new century: some problems and opportunities, *International Migration Review*, 31 (4): 799 – 825

Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais – Origens, tipos e modos de incorporação*, Celta Editores, Oeiras

Portes, Alejandro (2000), Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp.133-158.

Portes Alejandro e Landolt, Patricia (2000), Social Capital: Promises and Pitfalls of its role in Development, *Journal of Latin American Studies*, 32 (2):529-47.

Portes, Alejandro, (2004), Conclusion: Theoretical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism, *International Migration Review*, 37 (3), 874-92, traduzido e publicado na Revista Crítica de Ciências Sociais, 2004, 69, 73-93

Sassen, S. (2002), Global cities and diasporic networks: Microsites in *Global civil society*, in *Global Civil Society*, H. Anheier, M.Glasius e M.Kaldor (eds.), Oxford, Oxford University Press, pp.217-38.

Smith, Robert (2003b), Diasporic Membership in Historical Perspective: Comparative Insights from the Mexican, Italian and Polish Cases, *International Migration Review*, pp.724-759.

Viegas, José Manuel Leite (2004), Implicações Democráticas nas Associações Voluntárias, *Sociologia: Problemas e Práticas*, 46, pp.33-50.